

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E RACIONALIDADE NEOLIBERAL: O CARÁTER ESTRATÉGICO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO PÓS 1990

POLÍTICA EDUCATIVA BRASILEÑA Y RACIONALIDAD NEOLIBERAL: EL CARÁCTER ESTRATÉGICO DE LOS PROGRAMAS NACIONALES DE EDUCACIÓN DESPUÉS DE 1990

Claudiana Gomes Guido 1
Alexandre Silva dos Santos Filho 2

Resumo: O presente artigo busca realizar uma análise da constituição da política educacional brasileira no âmbito do neoliberalismo, de modo a demonstrar o caráter estratégico dos programas nacionais de educação pós anos 1990. Parte-se de um levantamento histórico das influências do neoliberalismo na construção das políticas públicas para a educação no Brasil, tendo como elementos a racionalidade neoliberal e a construção de subjetividades pela educação, destacando a responsabilização, meritocracia e privatização do ensino público para um entendimento do contexto dessas políticas no Brasil no período pós 1990. A relação dos programas educacionais “Educação Para Todos” e “Todos Pela Educação” com os conceitos de ideologia e estratégia possibilita refletir sobre o caráter estratégico das políticas neoliberais para a educação na sua aplicabilidade prática, a partir do Programa Jovem de Futuro, desenvolvido em escolas públicas de ensino médio do Estado do Pará, no âmbito da política pública Pacto pela Educação no Pará.

Palavras-chave: Educação. Política Educacional. Neoliberalismo.

Resumen: Este artículo busca analizar la constitución de la política educativa brasileña en el contexto del neoliberalismo, con el fin de demostrar el carácter estratégico de los programas educativos nacionales después de la década de 1990. Se basa en una encuesta histórica de las influencias del neoliberalismo en la construcción de políticas públicas. para la educación en Brasil, teniendo como elementos la racionalidad neoliberal y la construcción de subjetividades para la educación, destacando la rendición de cuentas, la meritocracia y la privatización de la educación pública para una comprensión del contexto de estas políticas en Brasil en el período posterior a 1990. La relación de los programas educativos “Educación para todos” y “Todos para la educación” con los conceptos de ideología y estrategia permiten reflexionar sobre el carácter estratégico de las políticas neoliberales para la educación en su aplicabilidad práctica, basada en el Programa Juventud del Futuro, desarrollado en las escuelas secundarias públicas del estado. Estado de Pará, dentro del Pacto de política pública para la educación en Pará.

Palabras-clave: Educación. Política Educativa. Neoliberalismo.

Pedagoga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia-PDTSA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: claudiana@unifesspa.edu.br | 1

Professor Doutor, vinculado ao Instituto de Linguística Letras e Artes, orientador no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônica-PDTSA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: alixandresantos@unifesspa.edu.br | 2

Introdução

O debate sobre educação está no cerne das questões ideológicas e culturais por se tratar de um dispositivo de regulação e controle social e ideológico. De grande amplitude, este debate pode ser direcionado a diversos âmbitos, desde aqueles relativos à questão cognitiva de apreensão da aprendizagem, perpassando pela questão do ensino e seus métodos, até as questões mais gerais do próprio processo educativo e da aprendizagem. No entanto há ainda as questões históricas, filosóficas e políticas da educação que se relacionam intimamente com as questões ideológicas, culturais e sociais no sistema capitalista neoliberal, as quais nos referenciaremos, para um entendimento das políticas educacionais e a sua aplicabilidade na prática. A abordagem da educação que faremos refere-se à ênfase política do conceito, no sentido de que está relacionada ao sistema neoliberal, do qual constitui elemento fundamental para a sua consolidação.

As influências do neoliberalismo na construção das políticas públicas para a educação no Brasil

De acordo com as abordagens de Frigotto (2000), existem duas perspectivas de educação em vigor na atualidade: a perspectiva das classes dominantes, de habilitação nos âmbitos técnico, social e ideológico para o trabalho, numa subordinação da educação aos ditames do capital; e a perspectiva dos grupos sociais representativos das classes trabalhadoras, que têm a educação como instrumento de desenvolvimento das potencialidades e apropriação do saber socialmente construídos, para uma compreensão da realidade e o desenvolvimento da capacidade de autonomia social dos sujeitos. A primeira fundamentada nas abordagens do pensamento liberal clássico e a segunda nas leituras materialistas, crítica.

Dessa forma, considerando âmbito das relações sociais, a educação como formação humana tem o papel social distinto, se tomarmos como referência as abordagens que o pensamento clássico e a concepção que a história materialista atribuem a ela. Na primeira perspectiva a educação é concebida como um fator – assim como a economia, a política e a religião – que pode ser determinante na constituição social em algum período, podendo ser definida e influenciada pelas necessidades do processo de acumulação do capital, regulada ou subordinada aos setores privados para os quais contribui com a reprodução destes. Ao passo que a perspectiva materialista, desde o pressuposto que a sociedade é estruturada numa totalidade de relações – sociais e econômicas – onde se produz a vida material, a educação constitui-se numa prática social, numa “atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social”. (FRIGOTTO, 2000, p. 31)

A educação não pode simplesmente ser considerada como um fator, pois considera o homem juntamente com as suas percepções e necessidades materiais ou subjetivas. A educação, quando qualificada como um fator, nos moldes que a concepção clássica atribui à economia, por exemplo, é reduzida e subordinada à lógica do mercado e às questões da adaptação e do adestramento.

Na análise de Frigotto (2000), a questão da subordinação da educação aos interesses do capital é percebida em diversas formas e conteúdos, desde a sua origem, quando as necessidades de formação para a disciplina e adestramento para um comportamento subserviente do trabalhador para as novas formas de produção que se iniciavam, até a consolidação do sistema com a separação das necessidades formativas dos filhos das elites – que pressupunham uma formação holística e voltada para o preparo para a governança – dos filhos da classe trabalhadora – que deveriam ter uma educação disciplinadora e dedicar um tempo reduzido à escola, pois cedo deveriam iniciar suas atividades laborativas. A formação destes últimos, portanto deveria ser reduzida e técnica. Essa dualidade e segmentação da ação formativa, estratégia de subordinação das ações educativas aos interesses do sistema capitalista, é a principal característica da educação atual e é base de elaboração de políticas públicas para a educação, programas educativos e reformas educacionais que as regulamentam.

A efetivação do domínio da educação pelo capital tem como maior e mais importante fundamento a teoria do capital humano. Elaborada nos Estados Unidos, essa teoria incluía na fórmula

*neoclássica*¹ dos fatores necessários a designação de desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico dos países que já continha tecnologia, insumos de capital e insumos de mão de obra, o fator capital humano. O qual relaciona a capacidade de produção do indivíduo ao seu nível de capacitação e treinamento necessário para a função, no sentido de atribuir, um indicativo dos conhecimentos necessários a determinadas funções de modo a potencializar o desenvolvimento e o investimento educacional realizado tanto individualmente quanto pelos sistemas educacionais.

Para Frigotto (2000), na lógica da teoria do capital humano, amplamente divulgada e consolidada no Brasil desde meados do século XX, a educação é produtora de “diferentes capacidades de trabalho” e, em consequência, “da produtividade e da renda” a partir do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades técnicas, mas principalmente na inculcação de valores e atitudes que delineiam o comportamento do trabalhador no âmbito da produção. (FRIGOTTO, 2000, p. 42). O conceito de capital humano, elaborado a partir de pressupostos e formulações neoclássicas de desenvolvimento social

sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direito social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana. (FRIGOTTO, 2015, p. 217)

Este último aspecto – da transformação da educação de um direito subjetivo a uma concepção mercantilizada da formação humana – é percebido na influência que os representantes do capital como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos sistemas educacionais com a interferência e controle na elaboração e implementação das políticas públicas, de financiamento e reformas da educação no Brasil, especialmente ao longo dos anos subsequentes à década de 1990, quando da consolidação do modelo de desenvolvimento neoliberal no país.

No entendimento de Harvey (2008), o neoliberalismo pressupõe um sistema/doutrina no qual a reconfiguração do papel do Estado diante da ordem econômica é ressaltada pelo seu protagonismo em garantir as estruturas necessárias para a consolidação do sistema. Com a sua expansão, impacta nos aspectos geopolíticos de organização das sociedades e reconfigura as ordem mundial desde um viés, além de político-econômico, ideológico de consolidação de um pensamento “pós-moderno”.

A racionalidade neoliberal e a construção de subjetividades pela educação

Na análise de Dartdot e Laval (2016), o neoliberalismo, para além de um projeto político-econômico, como é definido por Harvey (2008), constitui-se numa racionalidade que constrói subjetividades e estabelece as condutas necessárias a perpetuação de uma “nova razão” que move o mundo pelas lógicas da concorrência e da individualidade.

A questão central que os autores procuram responder nessa obra consiste em compreender como as políticas neoliberais continuam cada vez mais ativas e ainda se desenvolvem e aprofundam sem encontrar resistências substanciais. Para eles, não se pode tentar responder a essas questões somente apontando os aspectos negativos das políticas neoliberais como, por exemplo, a destruição das instituições de Estado, no sentido de que, além de impactar na destruição das regras, das instituições e dos direitos, o neoliberalismo também produz certos tipos de relações sociais, de

¹ Fórmula A (Tecnologia), K (capital) e L (mão de obra), chamada de Cobb-Douglas a partir da qual se calcula as variações de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico dos países. A partir dos estudos de Theodoro Schultz (1902-1998), inclui-se o fator H (capital humano). (FRIGOTTO, 2000, p. 41)

modos de vida, de subjetividades. Tratando-se, em última instância, de todo um modo de existência do sujeito “moderno” com impacto nos comportamentos, nas relações sociais e nas questões individuais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

O neoliberalismo como racionalidade, na construção da nova razão do mundo, é constituído pelos aspectos político, econômico, social e subjetivo que podem ser dimensionados pelos aspectos da tomada do poder estatal, pelo crescimento do capitalismo financeiro global, pela individualização das relações sociais e pela constituição de um novo sujeito. Neste sentido, antes de uma doutrina ou política econômica, o neoliberalismo constitui-se numa racionalidade, um modo de pensar, que estrutura e organiza além das ações dos governantes, a conduta dos governados e tem na generalização da concorrência sua norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação.

O conceito de “racionalidade política” desenvolvido por Foucault (1926-1984), é apresentado por Dardot e Laval (2016, p. 18) como uma chave de leitura para se compreender o neoliberalismo, desde o conceito de “razão governamental”, que congrega os tipos de racionalidade constituinte nos procedimentos utilizados para dirigir a conduta dos homens através de uma ação de Estado. Neste sentido, “governo” (governar) é concebido, na abordagem foucaultiana, como atividade (e não como instituição) de controlar as ações dos homens a partir dos instrumentos de Estado; e “governamentalidade” como as formas, através das quais, os homens podem ou não pertencer a um governo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18).

Segundo Dardot e Laval (2016) a interpretação realizada pelos marxistas apresenta alguns limites que dificulta a compreensão do neoliberalismo em toda sua complexidade. Por impactar diretamente sobre as condutas e as subjetividades dos sujeitos, a partir das suas “técnicas de poder inéditas”, esse sistema não pode ser analisado somente sob o aspecto da mercadoria e do campo da acumulação do capital, aspecto que sustenta toda a abordagem de Harvey (2008) que, seguindo suas referências marxistas, associa o neoliberalismo a uma expansão da mercantilização até as últimas consequências. Esta leitura coloca a economia como a única dimensão do neoliberalismo – desconsiderando as outras dimensões – e se contradiz quando pressupõe a burguesia como um “sujeito histórico duradouro” e, ao mesmo tempo, reconhece que as classes mudaram substancialmente no processo de neoliberalização, provocando o surgimento de “novas burguesias”.

Um dos principais pontos de análise dos autores para a constituição da “racionalidade neoliberal” é a construção do “sujeito neoliberal”, definido diferentemente do “sujeito produtivo” moderno, que é pensado e concebido – na democracia e no capitalismo – de forma relacionada aos espaços dos serviços e das crenças, consistindo-se no cidadão de “direitos alienáveis” e “homem econômico”. O “sujeito neoliberal” é competitivo e constituído desde as transformações nas relações de produção que impactam nas relações entre os sujeitos e a sua própria constituição. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). O neoliberalismo é uma forma de gestão de corpos. Não somente uma gestão externa, realizada pelos instrumentos e instâncias sociais, mas também a auto-gestão de si mesmo. O Estado, enquanto instância administrativa, nesse aspecto, não é fraco nem neutro, atua a partir de seus mecanismos no convencimento de que o indivíduo deve ser gestor de si mesmo.

O modelo neoliberal de educação: responsabilização, meritocracia e privatização do ensino público

A materialidade do desenvolvimento da mentalidade neoliberal de gestão e auto-gestão de corpos é percebida nas questões da educação, sobretudo na concepção e implantação de políticas públicas educacionais. Freitas (2018) na sua contextualização sobre a reforma empresarial na educação ocorrida nos últimos anos, influenciada pelas políticas dos Estados Unidos e pelo surgimento de uma nova direita empresarial, surgida nos aprimoramentos das práticas neoliberais, aponta como elementos de análise da educação, as questões do mercado, em todos os aspectos da vida que transforma os direitos sociais em serviços que devem ser adquiridos na lógica mercantil do indivíduo como “vendedor de si mesmo”. Este fator denota o desenvolvimento de um imaginário social no qual o individualismo, mascarado de empreendedorismo, “lança a juventude em um vácuo social” em que as suas lutas imediatas pela sobrevivência são impulsionadas pela competição. (FREITAS, 2018, p. 23)

Esta concepção fundamenta o que o autor denomina de reformas empresariais da educação.

Essas reformas têm como racionalidade a escola pensada como uma empresa, em um movimento que anula as práticas das escolas que não atendem aos critérios de qualidade e às diretrizes de controle. Segundo a crítica do autor

(...) as escolas de menor qualidade devem sucumbir às de maior qualidade, sendo fechadas; os estudantes de menor desempenho devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo barrados em sucessivos testes; os professores de menor qualidade devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo demitidos. Tal como na “empresa”, os processos educativos têm que ser “padronizados” e submetidos a “controle”. (FREITAS, 2018, p. 29)

Dessa forma, há uma disputa ideológica dos sentidos da educação que, apropriada pelo empresariado e concebida como um serviço a ser adquirido e não um direito a ser atendido, deve ser afastada do Estado, num processo de privatização, devendo estar sujeita aos mecanismos de controle político, de padronização de conteúdos, métodos e filosofia. Os processos de ensino, a ações educativas da escola, ganham uma conotação objetiva e operacional, nos mesmos moldes que Saviane (2000), denomina de “pedagogia tecnicista” que, segundo ele tem como objetivo

planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência (...). Daí também o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos dos mais diferentes matizes. Daí, enfim, a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais devem se ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas (SAVIANI, 2000, p.24)

Freitas (2012), inclui aos processos de controle e gerenciamento do trabalho escolar e de padronização desde esquemas previamente formulados, as técnicas atuais de econometria (análise de dados estatísticos), impulsionadas pelas ciências da informação e da disseminação de informações, que agora têm status de pilares da educação, para formular a sua denominação de “neotecnicismo” (um tecnicismo sob essas novas bases), como sua teoria para se pensar a educação nesses novos tempos.

Estruturado nas categorias responsabilização, meritocracia e privatização, tendo como ponto central a questão da avaliação, no que se refere aos testes padronizados e ao controle dos processos, para o alcance de resultados pré-definidos, o “neotecnicismo” de Freitas (2012) consiste no referencial necessário ao entendimento acerca da política educacional no Brasil.

As categorias de responsabilização e meritocracia se relacionam no sentido de que a responsabilização constitui no mecanismo de responsabilizar o professor/a, a escola, pelos resultados obtidos em termos de alcance de índices de proficiência, estabelecidos pelas avaliações e amplamente divulgado, os quais pressupõem alguma recompensa ou sanção públicas. Na responsabilização, segundo Freitas (2012), existe uma cultura de auditoria relacionada aos sistemas de regulação na qual, questões como as da qualidade do ensino são subordinadas à lógica da gestão e do controle de processos, típicos das condutas empresariais, associando-se aos resultados, elementos como reforço e premiação pelos resultados.

No que se refere à prática docente, nesta íntima relação da responsabilização com a meritocracia, Freitas (2012) ressalta que a meritocracia, por considerar que a motivação dos bons professores em desempenhar sua função é estritamente salarial, minimiza o compromisso do professor com o desenvolvimento do aluno. Assim como a exposição pública dos professores a sanções ou aprovações, mediante a identificação destes a partir de avaliações com métodos de cálculo muitas vezes inconsistentes e incoerentes com o tipo de prática avaliada, desmoraliza a categoria.

Essa desqualificação do trabalho docente, em virtude da inserção de procedimentos de

controle técnico nas escolas, dos currículos reducionistas de base comportamental e tecnicista, segundo Apple (1995, p. 32), “leva a uma perda de controle e uma separação entre a concepção e execução” no trabalho, o que ele chama de proletarização do trabalho docente. Esse fenômeno de proletarização, a partir de um controle técnico e burocrático, acaba por impor um movimento de aceitação de práticas ideológicas de desqualificação dos trabalhadores e uma intensificação do trabalho. No ensino, esses fatores foram consolidando e legitimando novas formas de controle, por meio de técnicas como testes de aferição de competências, assim como objetivos comportamentais.

Apple (1995) assinala que o controle dos funcionários e das práticas no dia a dia da escola por parte do Estado, para um ensino eficiente, perpassa pela intensificação do seu trabalho, com exigências cada vez mais rebuscadas, num processo em que a responsabilização pelos resultados está associada ao profissionalismo individual. Professores com melhores resultados são premiados e destacados como profissionais excelentes.

Responsabilização e meritocracia, além de intimamente relacionadas, são fundamentais para os processos de privatização do ensino público, terceira característica do “neotecnicismo” abordado por Freitas (2012). Para além dos conceitos de público estatal e público não estatal que possibilitaram ao empresariado a gestão por concessão, nos últimos anos abre-se a possibilidade da instância pública ser administrada por setores privados. No caso da educação, uma escola pode permanecer pública, estatal, mas com gestão privada. Dessa forma, os alunos podem estudar gratuitamente, mas o Estado paga para a iniciativa privada os serviços da sua gestão. Este é o fundamento da política de *vouchers*, em que são concedidas bolsas e outros incentivos financeiros que permitem o acesso de alunos a escolas privadas, num evidente exemplo de transferência de verba pública ao setor privado, desresponsabiliza o Estado pela educação pública e provoca transferência de recursos para a iniciativa privada, enfraquecendo as instituições públicas.

As evidências dos processos de transformação da educação e da atuação dos setores da iniciativa privada na escola pública numa escala mais local, podem ser percebidas a partir da implementação de políticas públicas, elaboradas em conjunto pelo Estado do Pará e por representações do setor privado que possibilitam interferência nos modelos de gestão das escolas, nas suas práticas e, conseqüentemente, nos resultados da atuação da educação na formação dos sujeitos.

As políticas educacionais no Brasil pós-1990: do programa “educação para todos” ao “todos pela educação”

Uma abordagem histórica das políticas públicas para a educação no Brasil em tempos de neoliberalismo, iniciada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – em que se consolidou o processo de diminuição do papel do Estado no desenvolvimento das políticas sociais, a partir do incentivo e regulamentação das parcerias público-privadas, num processo de reforma administrativa do Estado brasileiro para torná-lo moderno, ágil, eficiente e produtivo seguindo recomendações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) – pode ser encontrada em Santos (2013) que, apesar de suas críticas, aponta algumas conquistas dessas reformas dos anos 1990, as quais impactaram nas dinâmicas de diversos serviços públicos no aparato estatal, a saber:

- i) alargamento dos espaços de participação da sociedade civil, com a criação dos colegiados gestores multipartites, como Conselhos Tutelares, Conselhos de Alimentação Escolar, dentre outros; ii) a agilização de alguns serviços públicos, diminuindo o burocratismo (burocracia como valor em si mesma); iii) descentralização financeira dos órgãos do Sistema para a ponta da execução, por meio de alguns programas governamentais; e, especialmente iv) o portal da transparência, já expandido em 2010 para as prefeituras das cidades visibilizarem as contas públicas. (SANTOS, 2013, p. 69)

No entanto, mesmo com essas conquistas, no sentido da sua organização o Estado, segundo a autora, continua com fortes traços burocráticos e patrimonialistas, sobretudo com a “introdução

de inovações, que são estabelecidas, por meio de regras, de normas escritas” (SANTOS, 2013, p. 69). A incorporação de setores da sociedade civil, especialmente relacionados ao setor privado para inculcação dos princípios de eficiência e produtividade, originários da gestão privada nos serviços públicos, são regulamentadas por um arcabouço legal de sustentação e implantação de políticas públicas que corroboram com a consolidação do neoliberalismo como sistema.

De acordo com Neves (2013), no âmbito das reformas políticas dos anos 1990 para a implementação do neoliberalismo no Brasil, o bloco no poder as implementa a partir de três estratégias que são concomitantes: a primeira refere-se a disseminação das ideias, valores e práticas neoliberais, com atuação das escolas, igrejas e mídia; a segunda diz respeito à refuncionalização das instituições representativas da classe trabalhadora para a redução das contradições existentes entre capital e trabalho; e a terceira, com a criação de novos sujeitos coletivos, as organizações não governamentais, institutos e fundações empresariais. No caso das políticas educacionais, o lema “educação para todos” capitaneado pelo governo federal, denota a estreita relação da educação com a inclusão social. Sob a diretriz de que a partir da educação os indivíduos seriam formados com as competências que os possibilitariam preparação para a sociedade do terceiro milênio.

Nesse contexto, o foco era a disseminação dos conhecimentos necessários à condução dos indivíduos ao século XXI. No entanto, na análise da autora, a partir de meados dos anos 2000, com a intensificação das regulamentações para as parcerias público privadas e a maior participação do empresariado nas formulações políticas para a educação, o foco no conhecimento perde importância e a educação passa a ser relacionada com a produção e o crescimento econômico do país. Com a efetivação da participação dos setores privados, na elaboração e implementação das políticas educacionais, a mudança de enfoque é nitidamente percebida na mudança do *slogan* “educação para todos” para “todos pela educação”.

A partir da implementação da estratégia 2020 do Banco Mundial, cujo lema era “aprendizagem para todos”, a educação passa a ser considerada ferramenta fundamental para a aceleração do crescimento, mote da administração federal brasileira desde a segunda metade dos anos 2000, e a sua importância para a formação de capital humano como condição para o aumento da produtividade e competitividade do país, assim como a participação empresarial, sob o viés da responsabilidade social, consolida do Programa Todos pela Educação (TPE).

A sistematização desses programas e pactos pela educação em documentos oficiais denota a função dos mesmos como instrumentos para consolidação ideológica da mentalidade neoliberal e a sua estruturação como estratégias de atuação dessa política como hegemônica. A seguir, realizaremos uma análise do conteúdo textual das diretrizes do programa “Todos Pela Educação” (do Ministério da Educação), do “Pacto Pela Educação do Pará” e do Projeto Jovem de Futuro, que se constituem numa concretização dessas diretrizes na prática das escolas no Estado do Pará. No sentido de perceber nos dispositivos legais utilizados na política educacional de controle da educação aspectos da ideologia, de *habitus* e das estratégias panópias.

O caráter estratégico das políticas neoliberais de educação: uma leitura a partir do Educação Para Todos e do Pacto pela Educação no Pará

Estratégias, para Certeau (2014), são estruturas estabelecidas para o controle, têm um lugar próprio e se servem de

... cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (CERTEAU, 2014, p.93)

Através da racionalização estratégica, pode-se distinguir de um ambiente um próprio, o “lugar do poder e do querer próprios” que pode ser percebido através de seus efeitos, que se

referem a autonomia, ao domínio dos lugares pela vista, numa alusão ao conceito de panóptico e ao poder do saber

1 - O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo.

2 - (...) domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar, medir, controlar, portanto, e “incluir” na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço.

3 - (...) o poder do saber (...) capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico da saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio(...) lugar do saber/poder cidades autônomas, instituições “neutras”, independentes, laboratórios de pesquisa “desinteressados” (CERTEAU, 2014, p. 94)

Neste sentido, estratégia é organizada pelo postulado de um poder, ligado e associado à ideia de autoridade, a ordem e o status dominante ao qual a autoridade, instituição, pessoa ou indivíduo que age estrategicamente faz parte. A estratégia é manifestada nos seus “sítios de operação”, que são os espaços físicos em que o poder se instala – por exemplo, quartéis, escritórios, etc. – ou nos seus produtos materiais e simbólicos – como as leis, a linguagem, o modo de falar, os rituais, a literatura, a arte, as invenções e os discursos. Uma estratégia é sólida, não se desfaz facilmente, seu modelo é rígido e ela ocupa um “lugar próprio”, seja uma localização espacial ou institucional.

No âmbito das suas reflexões sobre o cotidiano, ao transcorrer sobre os usos da língua e o ato de escrever como prática mítica moderna, Certeau (2014) afirma que a linguagem, quando se objetiva na escrita, é fabricada e o domínio da linguagem garante isolar um novo poder e esta criação de códigos, pelo poder escriturístico, define o lugar social, seleciona, controla, segundo suas normas. A escritura é assim concebida como um princípio da hierarquização social. No entanto, o autor pondera que este fenômeno não transforma toda a sociedade pela escritura, mas inaugura um novo modo de usar escritura e linguagem: uma função da escritura sobre os corpos.

Sempre é verdade que a lei se escreve sobre os corpos. Ela se grava nos pergaminhos feitos com a pele dos seus súditos. Ela os articula em um corpo jurídico. Com eles faz seu livro. Essas escrituras efetuam duas operações complementares: graças a elas os seres vivos são postos num texto, transformados em significantes das regras (é uma contextualização) e, por outro lado, a razão ou o logos de uma sociedade se faz carne (trata-se um uma encarnação) (CERTEAU, 2014, p. 210)

Os dispositivos legais estabelecidos para organização dos sistemas educacionais, portarias, leis, decretos emitidos pelo Estado, por exemplo, cumprem o papel de regulamentar as práticas educativas a partir de um corpo textual concebido e elaborado para o controle dessas práticas. O arcabouço legal da política educacional compõe um aparelho de mediação entre as concepções políticas das práticas e as práticas reais dos sujeitos. Neste sentido

para que a lei se escreva sobre os corpos, deve haver um aparelho que mediatize a relação de uma com os outros. Desde os instrumentos de escarificação, de tatuagem e da iniciação primitiva até os instrumentos da justiça, existem

instrumentos para trabalhar o corpo. (CERTEAU, 2014, p.211)

Daí o corpo entendido como individual ou social considerado desde o ponto de vista prático ou simbólico, o que o autor denomina de “panóplia de instrumentos”. No caso do sistema educacional brasileiro, essa panóplia de instrumentos, é refletida nos documentos legais que fundamentam a política educacional nos últimos anos notadamente influenciada pelas concepções e diretrizes neoliberais.

No caso específico das políticas educacionais no Estado neoliberal, se considerarmos as definições de Certeau (2014), pode-se conceber leis, programas e regulamentos como produtos de estratégia das classes dominantes para o controle das práticas educativas. Esses produtos atuam por meio de discursos os quais são disseminados por meio de um instrumento: a escritura que as regulam.

O Programa TPE, constituído no âmbito das políticas do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), é um programa estratégico que inaugura o regime de colaboração do Estado com o setor privado e abre as portas para as reformas empresariais da educação (Freitas, 2018). Este programa tem como seu principal instrumento regulatório, o Decreto nº 6.094/2007, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (PMCTPE) no qual os entes federados (Estados e municípios) devem aderir a partir da elaboração de seus planos e políticas específicos.

Eagleton (1997) relaciona ideologia e poder, estabelecendo que há poderes mais ou menos centrais, mais ou menos políticos, sintetizando que, por vezes a ideologia está relacionada a quem fala e à finalidade da fala, devendo-se levar em consideração as motivações anteriores que podem denotar, por exemplo, os interesses dos grupos que querem que seu discurso (vontade) seja legitimado. Dessa forma, os fatores históricos e políticos que culminaram com a elaboração e o lançamento do Programa TPE no ano de 2007, apontam para o entendimento das ideologias que estão subjacentes a ele. Souza (2014) estabelece que as origens do TPE remontam de eventos anteriores de apropriação pelas organizações empresariais das questões da educação, motivadas pelas tendências políticas mundiais do neoliberalismo.

A movimentação em torno da influência do setor privado na elaboração de políticas públicas sociais se inicia ainda dos anos 1990. Souza (2014) aponta alguns eventos marcantes nessa aproximação, que culminariam na elaboração do “compromisso todos pela educação” no ano de 2006. Dentre estes a criação do Instituto Ayrton Senna (IAS), em 1994, e do projeto “Amigos da Escola”, em 1999. O primeiro, uma organização não governamental criada pela família Senna e o segundo, fundado pela Rede Globo de Televisão e apoiado pelos Institutos Faça Parte e Brasil Voluntário e por organizações como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Esses dois movimentos tinham como bandeira de luta a qualidade da educação e como fundamento de suas ações o “discurso da filantropia e da responsabilidade social, mas, em sua essência carregam preceitos de caráter corporativo e empresarial” (SOUZA, 2014, p. 113).

O movimento “Compromisso todos pela educação”, composto por grupos empresariais de elite que tinham certa tradição na educação (Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Grupo Gerdau, dentre outros) e que atuavam como intelectuais orgânicos do capital, foi lançado em 2006. Quando o governo federal cria o Plano de Desenvolvimento da Educação, chamado por alguns de “PAC da educação”², no ano de 2007, não realiza debates com a sociedade civil ou com os movimentos de educadores, mas com o movimento TPE, denotando a “dinâmica de intensificação e manutenção das relações sociais capitalistas” (SOUZA, 2014, p.110) e a implantação da nova pedagogia da hegemonia, com a influência das instituições privadas na elaboração das políticas públicas, sobretudo no Programa TPE que recebeu o mesmo nome do movimento que o inspirou, explicitando o compromisso do Estado brasileiro com os sujeitos do capital.

As diretrizes gerais do TPE estabelecidas no Decreto nº 6094/2007, as quais os sistemas estaduais e municipais de educação que aderirem ao Programa devem seguir denotam o seu caráter neoliberal da educação assumida pelo Estado e materializada em 28 (vinte e oito) diretrizes, dentre

² Lançado pelo governo federal no ano de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento, constitui num “conjunto de medidas destinadas a aumentar o crescimento da economia brasileira”. (SOUZA, 2014, p. 19)

as quais, as três primeiras apontam o foco na aprendizagem, aferição e controle de resultados, desde a frequência e desempenho individual do aluno/a. Além de destacar as questões do mérito individual relacionado ao controle do desempenho dos profissionais de educação (gestores e docentes), sob a ótica da valorização. É destacada ainda a ênfase na publicização de resultados do IDEB e a implantação de conselhos e comitês locais com papéis distintos: os “conselhos de controle social” e “comitês locais e regionais” compostos por associações empresariais e sociedade civil e com representações dos setores públicos, assinalando a mobilização da sociedade no acompanhamento das metas do IDEB.

A materialidade dessa aproximação público-privado, em âmbito regional é encontrada no “Pacto pela Educação do Pará” (PEP), estratégia pela qual o Governo do Estado do Pará atendeu às determinações do Programa TPE.

Lançado em março de 2013, numa suntuosa cerimônia no Hangar Centro de Convenções e Feiras do Estado do Pará, da qual participaram representantes de prefeituras municipais, membros da sociedade civil e representantes de organismos empresariais como o Instituto Synergos, Instituto Unibanco e Instituto Natura que assinaram o pacto, amplamente noticiado pela imprensa do Estado.

O discurso do governador do Estado Simão Jatene, na cerimônia de lançamento do pacto (Figura 01), destaca a relação da educação com a os setores da sociedade civil, representados pelas organizações empresariais, assim como a ênfase no retorno financeiro do investimento em educação. Segundo ele essa “união de esforços não é do governo, mas da sociedade, e precisa ser mantido, independentemente de quem esteja na posição de governador”, pois “os investimentos estaduais e municipais em educação, por ano, chegam a R\$ 5 bilhões. De forma grosseira, é como se a sociedade gastasse mais de R\$ 4 bilhões sem retorno.” A fala do secretário de Estado de educação, na época, Cláudio Ribeiro corrobora a relação da educação com a implantação dos grandes projetos empresariais no Estado do Pará, no sentido de que o volume de recursos privados nos variados setores empresariais, exige uma melhor preparação e qualificação da mão de obra local. Segundo o secretário “uma população mais bem preparada é melhor para que essas empresas tenham condições de arrematar a mão de obra necessária aqui mesmo, o que é mais vantajoso, até mesmo do ponto de vista econômico”. (IOEPA, 26/03/2013)

Figura 01. Notícia sobre o lançamento do Pacto pela Educação do Pará publicada pela imprensa oficial do Estado do Pará.



Fonte: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 26/03/2013.

Como forma de estimular a participação dos setores empresariais nas ações do PEP, em 2015 foi publicado pelo governo do Estado, o “Guia de contribuição do setor privado no Pacto pela Educação do Pará”, um manual de instruções e de persuasão do Estado para as empresas privadas investirem em educação. O texto da publicação pauta-se nos conceitos de reponsabilidade social e de investimento social privado, destaca a relação da educação com indicadores econômicos,

sociais e ambientais e coloca o investimento social privado na educação como estratégico para o crescimento econômico, para a redução das desigualdades e da pobreza, a boa gestão ambiental, a democracia e a coesão social. Segundo argumento utilizado, as empresas que participam do referido pacto ganham impacto e relevância.

A partir de uma contextualização da educação no Estado do Pará, à época, comparada com os índices nacionais, realizada através da demonstração dos valores do IDEB e de índices e números estatísticos, abordados como evidências empíricas, o texto do Guia de contribuição do setor privado no Pacto pela Educação do Pará ignora outras questões relevantes do processo pedagógico, como por exemplo, as questões internas à sala de aula, às práticas cotidianas da escola, os conhecimentos e relações socioculturais ali produzidas. O referido texto utiliza frases de impacto e o discurso da aglutinação como “dar a volta por cima quando todas as forças vivas de um Estado se juntam em torno de metas e resultados comuns”, como forma de superar a atual situação deficitária da educação do Estado nos índices oficiais de qualidade da educação, destaca a meta de aumentar em 30% (trinta por cento) o IDEB do Estado do Pará em todos os níveis de ensino, a partir da atuação conjunta dos setores público e privado ressaltando que “o Pacto não pertence a governos, partidos políticos, segmentos religiosos ou ideológicos. Ele é de responsabilidade de toda a sociedade paraense” (PARÁ, 2015, p.08)

A figura 02 ilustra a estrutura de organização do PEP do modo como é apresentada aos setores privados, enfatizando as atribuições de cada comitê, de acordo com sua abrangência, destacando a meta de aumento do IDEB em 30%.

Figura 02. Estrutura do Pacto pela Educação do Pará



Fonte: Guia de Contribuição do setor privado ao Pacto pela Educação do Pará, 2015 p. 10.

O governo do Estado apresenta a educação ao setor privado como relevante investimento social. O referido documento apresenta a estrutura de organização do PEP através do “sistema de governança” (Figura 03) constituído pela participação direta de diferentes setores empresariais e de organizações não-governamentais vinculadas aos setores privados, na gestão da política educacional que funciona a partir dos comitês estadual, regional e municipal. A participação das empresas no pacto é realizada de duas formas: como parceiras ou apoiadoras. As empresas parceiras contribuem de forma sistemática; as apoiadoras, além de contribuírem sistematicamente, alocam recursos financeiros para a realização de ações estratégicas do Pacto com cotas de contribuição anual para o chamado Fundo de Sustentabilidade do Pacto.

Figura 03. Parceiros do Pacto Pela Educação do Pará no ano de 2014.



Fonte: Guia de Contribuição do setor privado ao PEP, 2015 p. 12.

Por este desenho percebe-se que na composição do PEP em 2014 a atuação das empresas privadas de setores que englobam grandes empreendimentos que atuam na exploração da região, como a mineração, o agronegócio, a indústria, assim com empresas e fundações vinculadas ao mercado financeiro como bancos privados, no grupo de parceiros da governança com apoio sistemático (envolvendo injeção de recursos); percebe-se ainda que as organizações não-governamentais e de filantropia contribuem na assessoria técnica, sendo que a maior delas, a organização Synergos atua na coordenação.

Quadro 01. Parceiros do Pacto pela Educação do Pará em 2014 por ramo de atuação

Tipo de parceria	Empresa	Ramo de atuação
Parceiros da Governança	Eletronorte	Energia elétrica.
	Bunge	Agronegócio
	Instituto natura	Indústria de cosméticos
	Vivo	Comunicação
	Simineral	Mineração
	Banpará	Banco estatal
	Vale	Mineração
	JSL	Transporte e logística
	ALCOA	Mineração
	B & A Mineração	Mineração
Apoiadores	Tora Brasil	Indústria e comercio
	Fundação Vale	Mineração
	Fundação Telefônica	Comunicação
	Instituto Natura	Industria de cosméticos
	Fundação Itaú Social	Banco privado
	Synergos	ONG internacional de filantropia, com sede nos EUA.

Parceiros Técnicos	Educar Para Crescer	ONG do setor privado pela educação
	Todos Pela Educação	ONG do setor privado pela educação
	Instituto ABCD	ONG do setor privado pela educação
	Synergos	ONG internacional de filantropia, com sede nos EUA.
	Instituto Unibanco	Vinculado ao Unibanco – Banco privado
	Fundação Victor Civita	Vinculada ao Grupo Abril - Comunicação

Fonte: Elaborado pela autora

Ao apresentar diversas opções de contribuição do setor privado ao PEP no documento – dentre estas: a participação no Sistema de Governança; a assessoria à gestão de sistemas municipais ou escolas públicas; investimento direto nos municípios; parceria com uma escola; Apoios a programas e projetos de outras empresas e institutos; Ações de voluntariado empresarial; Oferta de vagas em programas da Lei do Aprendiz para alunos de escolas públicas; e apoio financeiro – o texto é enfático em atribuir à participação do setor privado na educação como um jogo de “ganha-ganha” e uma “relação de troca” ao ressaltar que a empresa ganha por ser membro do PEP pois contribui

(...) com o aumento do capital humano do Estado do Pará, com a diminuição de fatores antieconômicos (índices baixos), fortalecimento da relação com políticas públicas, relação com outras empresas e o reconhecimento da empresa como socialmente responsável (Selo de Empresa Parceira do Pacto pela Educação do Pará)” (PARÁ, 2015, p. 23 e 24)

O Guia de Contribuição do setor Privado no Pacto pela Educação do Pará complementa-se com a Cartilha do sistema de governança do PEP que desde o seu texto de apresentação ressalta o caráter da ideologia de Eagleton (1997) que relaciona “sistema de crenças” a “poder político”, através dos meios para se explicar qualquer ação social, em especial a ação política, independentemente do seu objetivo. Diz o texto

Esta publicação destina-se a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos no incrível sonho de construir e fortalecer uma efetiva proposta de parceria, envolvendo governos de diferentes níveis e uma pluralidade de setores e atores sociais (empresas, universidades, organizações sociais, artistas, segmentos religiosos), em torno da inadiável tarefa de melhorar os resultados da educação pública no Pará (PARÁ, 2015, p. 02).

Numa abordagem operativa, enfatizando o viés da cooperação, a cartilha define papéis e responsabilidades das instâncias do Sistema de Governança e sistematiza as formas de mobilização, planejamento e registro das ações realizadas no âmbito do Pacto. Dentre essas ações, a cartilha aponta a adoção ao Projeto Jovem de Futuro (PJF), desenvolvido pelo Instituto Unibanco.

O Projeto Jovem de Futuro (PJF) é um projeto do Instituto Unibanco implantado inicialmente, no ano de 2009 a 2011 nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul a partir de 2012, disseminado em outros Estados brasileiros, dentre estes o Estado do Pará, a partir de 2014, com a sua integração como política pública ao Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) do Ministério da Educação.

De acordo com o material formativo o projeto “Circuito de Gestão: princípio e método”, publicado pelo Unibanco em 2017, o foco de atuação do projeto é a melhoria da qualidade da educação através da realização de ações de aperfeiçoamento da gestão escolar com a utilização do método PDCA (*plan, do, check, act*) – sigla em inglês que significa “planejar, executar, checar e atuar/ajustar” – criado pelo americano Walter Andrew Shewart (1891-1967), considerado pai do controle estatístico de qualidade, inicialmente aplicado na melhoria de processos para alta qualidade e produtividade da indústria. No Projeto Jovem de Futuro, o método é operacionalizado

através do circuito de Gestão para resultados que é composto pelas etapas de planejamento, execução do plano de ação, monitoramento e avaliação e correção de rotas, realizado no período de um ano letivo.

O texto de apresentação do curso de gestão para resultados de aprendizagem, direcionado a formação de professores das escolas, aponta como fundamental o controle da educação pela sociedade, justificando que, por ter o Brasil uma história democrática recente

(...) é bastante forte ainda a prevalência de modos autoritários de relação entre o Estado e a sociedade. Especialmente nas políticas educacionais, é preciso que estejamos comprometidos com a superação dessa herança e com a construção de práticas educativas e de processos de gestão que estimulem a participação dos pais dos alunos e da comunidade em geral.

A transparência na gestão, o estímulo e a mobilização da participação comunitária e o fortalecimento do controle social na educação são, em si, positivos porque ampliam a qualidade da nossa democracia. Além desse valor intrínseco, esses mecanismos ainda podem contribuir para uma maior eficácia dos processos de monitoramento do trabalho cotidiano da escola. (UNIBANCO, s/d, p. 15)

Esses argumentos demonstram a evidência das intencionalidades do Unibanco, enquanto organismo representativo do capital em controlar os processos educativos, tendo como estratégia a formação de consciência dos professores, que atuam como pessoas de referência nas escolas, no sentido de considerarem essas políticas públicas, na forma como são apresentadas, benéficas à melhoria da qualidade do ensino. A superação da relação autoritária do Estado com a sociedade, o destaque à gestão e ao monitoramento dos processos para um controle da educação pela sociedade civil deve ser lido como controle da educação pelo setor privado e da disseminação de métodos que transformam as escolas em empresas, nos termos apontados por Freitas (2018).

As estratégias de atuação do PJJ constituem na realização de ações a partir de duas ferramentas: uma plataforma online de gestão de processos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As duas estratégias visam o controle dos processos pedagógicos cotidianos da escola, a partir da gestão das rotinas. Na plataforma online são lançados todos os dados da escola, quantitativos de alunos, professores e disciplinas por turma, o cadastro do plano de ação da escola e cada ação realizada. São lançados ainda o IDEB e as projeções de metas, realizadas pela escola e, principalmente aquelas geradas pelo sistema. No AVA são realizados cursos de formação para professores e técnicos de referência, esses últimos também participam de encontros presenciais com formadores do Instituto Unibanco.

O projeto é desenvolvido com metodologias relacionadas ao processo ensino aprendizagem – pedagógicas – e metodologias que estimulam a participação da comunidade no ambiente escolar – de mobilização e articulação. Ao aderirem ao projeto, as escolas devem indicar em seu plano de ação quais metodologias serão desenvolvidas naquele período e das quais deverá “prestar contas” da sua realização ao instituto. As metodologias pedagógicas são: O Valor do Amanhã na Educação, Jovem Cientista, Introdução ao Mundo do Trabalho e Entendendo o Meio Ambiente Urbano. As metodologias de mobilização e articulação, denominam-se: Agente Jovem, Superação na Escola, Fundos Concursáveis, Monitoria e Campanha Estudar Vale a Pena. Desde a nomenclatura utilizada pode-se perceber o viés de uma formação para o mercado e a construção do perfil do jovem como “gestor de si mesmo”. A utilização de termos como “valor”, “trabalho”, “amanhã”, “agente” corrobora essa percepção das intencionalidades da educação quando realizada por organismos do capital.

No Estado do Pará o PJJ é desenvolvido em duas etapas, a primeira iniciada em 2014 em que as metodologias eram realizadas pelas escolas que recebiam recurso financeiro, de custeio e capital para custear as ações e a segunda etapa, que envolve somente as metodologias, a formação da equipe gestora e de professores de referência; e o monitoramento e controle dos processos

educativos. De acordo com o termo de adesão ao PJJ, publicado pelo governo do Estado no ano de 2015, para a segunda etapa do projeto todas as escolas estaduais com ensino médio regular dos municípios de Altamira, Ananindeua, Belém, Benevides, Marabá, Marituba, Santarém e Santa Bárbara foram “convidadas” a participar do processo de adesão que deveria ser debatido com a comunidade. Este termo é o documento que orienta e regula as diretrizes da adesão das escolas ao PJJ. No seu conteúdo, aponta o projeto como contribuição para o gerenciamento dos seus projetos/ programas, de modo a possibilitar a visualização das relações deles entre si, com o objetivo principal de “refletir sobre a aprendizagem dos educandos”.

Considerações Finais

A educação, como mecanismo da sociedade civil para consolidação de hegemonia e controle social, pressupõe a regulação legal exercida pelo Estado através das leis, normas e políticas que organizam os sistemas educacionais e que definem, dentre outros, os critérios de formação dos indivíduos, metodologias de ensino, estrutura e composição curricular, normas de gestão dos sistemas e das escolas. Essa regulação estatal, nos últimos anos tem sido influenciada pela participação de representantes do setor privado, estimuladas por estratégias governamentais que legitimam a participação de organismos representantes do capital na elaboração e consolidação das políticas públicas para a educação, assim como para o controle das escolas. O “Pacto Pela Educação do Pará” e seus projetos de consolidação aparece como uma ação integrada de diferentes setores e níveis de governo, da iniciativa privada e de organismos internacionais, como o BID em torno do objetivo de “promover” a educação pública no Estado do Pará, a partir da realização de ações estratégicas, sob a ótica da melhoria da qualidade do ensino, notadamente atribuída a números percentuais de desenvolvimento estabelecidos por padrões de avaliação externos.

Referências

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação.** Trad. Tomáz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano – Artes de fazer.** Tradução Ephivan Ferreira Alves. 22ª Edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução.** Tradução Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista: Editora Boitempo, 1997.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação - nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação.** In: Educação e Sociedade, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. Campinas, 2012.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas.** IN Revista trabalho necessário, ano 13, número 20, 2015. Disponível em www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações.** Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2008.

IOE-PA. **Governo e sociedade lançam Pacto pela Educação do Pará** Notícia de 26/03/2013, disponível em <http://www.ioepa.com.br/2012/noticias.aspx?id=815> acesso em 12/03/2019.

INSTITUTO UNIBANCO. **Circuito de Gestão: princípios e método - percurso formativo de gestão escolar para resultados de aprendizagem**. Edição de 2017. Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/metodo/> Acesso em 31/03/2019.

_____. Curso de Gestão para Resultados, Módulo: Apoio ao Circuito de Gestão. Disponível em <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Caderno%20Curso%20GEpR-1.pdf>. Acesso em 26/09/2018.

NEVES, L. M. W. **O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia**. FIOCRUZ 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Sistema de Governança do Pacto pela Educação do Pará**, elaboração Equipe Synergos, 2015.

_____. **Guia de Contribuição do setor Privado para o Pacto pela Educação do Pará**, elaboração Equipe Synergos, 2015.

SANTOS, T. M. **Parcerias Público-Privadas e Gestão Escolar Pública**. Revista Cocar. Belém, vol 7, n.14, p. 66-72 | ago-dez 2013.

SAVIANI, D. **Educação – do senso comum à consciência filosófica**. 13ª edição, Campinas-SP: Autores Associados, 2000. (coleção educação contemporânea)

SOUZA, V. A. **O plano de metas do compromisso todos pela educação – desdobramentos na gestão educacional e no trabalho docente**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

Recebido em 17 de novembro de 2019.

Aceito em 10 de dezembro de 2019.